

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 758.428 - SP (2015/0194003-0)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
AGRAVANTE : FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO : GERDAU S/A
ADVOGADO : RAQUEL CRISTINA RIBEIRO NOVAIS - SP076649
ADVOGADOS : DANIELLA ZAGARI GONÇALVES - SP116343
MARCELO PAULO FORTES DE CERQUEIRA - SP144994B
PRISCILA MARIA MONTEIRO COELHO BORGES E OUTRO(S) -
SP257099
INTERES. : AÇOS VILLARES S/A

DECISÃO

A questão tratada nos autos, aplicação da taxa SELIC na atualização monetária na repetição/compensação do indébito tributário federal, em caso de pagamentos anteriores e posteriores à Lei 9.250/1996, foi julgada pela Primeira Seção, pelo rito dos recursos repetitivos, REsp 1.111.175/SP (Tema 145), conforme ementa a seguir:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL SUBMETIDO À SISTEMÁTICA PREVISTA NO ART. 543-C DO CPC. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO-OCORRÊNCIA. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. JUROS DE MORA PELA TAXA SELIC. ART. 39, § 4º, DA LEI 9.250/95. PRECEDENTES DESTA CORTE.

1. Não viola o art. 535 do CPC, tampouco nega a prestação jurisdicional, o acórdão que adota fundamentação suficiente para decidir de modo integral a controvérsia.

2. Aplica-se a taxa SELIC, a partir de 1º.1.1996, na atualização monetária do indébito tributário, não podendo ser cumulada, porém, com qualquer outro índice, seja de juros ou atualização monetária.

3. Se os pagamentos foram efetuados após 1º.1.1996, o termo inicial para a incidência do acréscimo será o do pagamento indevido; no entanto, havendo pagamentos indevidos anteriores à data de vigência da Lei 9.250/95, a incidência da taxa SELIC terá como termo a quo a data de vigência do diploma legal em tela, ou seja, janeiro de 1996.

Esse entendimento prevaleceu na Primeira Seção desta Corte por ocasião do julgamento dos EREsp 291.257/SC, 399.497/SC e 425.709/SC.

4. Recurso especial parcialmente provido. Acórdão sujeito à sistemática prevista no art. 543-C do CPC, c/c a Resolução 8/2008 - Presidência/STJ.

(REsp 1111175/SP, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/06/2009, DJe 01/07/2009)

Nesses termos, tendo sido julgado o tema pela sistemática dos recursos repetitivos, os autos devem retornar à origem para que seja realizado o juízo de conformação/retratação, nos termos do art. 1.030, I, *b*, e II, do CPC/2015 (543-C do CPC/1973), que representa o exaurimento da instância ordinária.

Somente depois de realizada essa providência e mantido, em decisão colegiada, o julgamento divergente daquele firmado no *leading case* (art. 543-C, § 8º, do CPC/73; art.

Superior Tribunal de Justiça

1.030, I, *b*, CPC/2015), é que o recurso especial deverá ser encaminhado, em sua totalidade, a este Tribunal Superior, a fim de que possam ser analisadas as questões jurídicas nele suscitadas e que não ficaram prejudicadas pelo novo pronunciamento do Tribunal.

Ante o exposto, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa, para que seja observado rito previsto nos arts. 1.030, I, *b*, e II, do CPC/2015 (art. 543-C, § 7º, I e II, do CPC/73).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES
Relator